



ID: 60695477

25-08-2015

RELATÓRIO

Portugueses entre os recordistas nas dívidas ao Fisco

Os portugueses estão entre os maiores devedores de impostos da zona euro e, por maioria de razão, o Fisco nacional entre os que têm maior dificuldade em recuperá-los. Ao todo, está por cobrar o equivalente a 31,7% dos impostos pagos todos os anos.

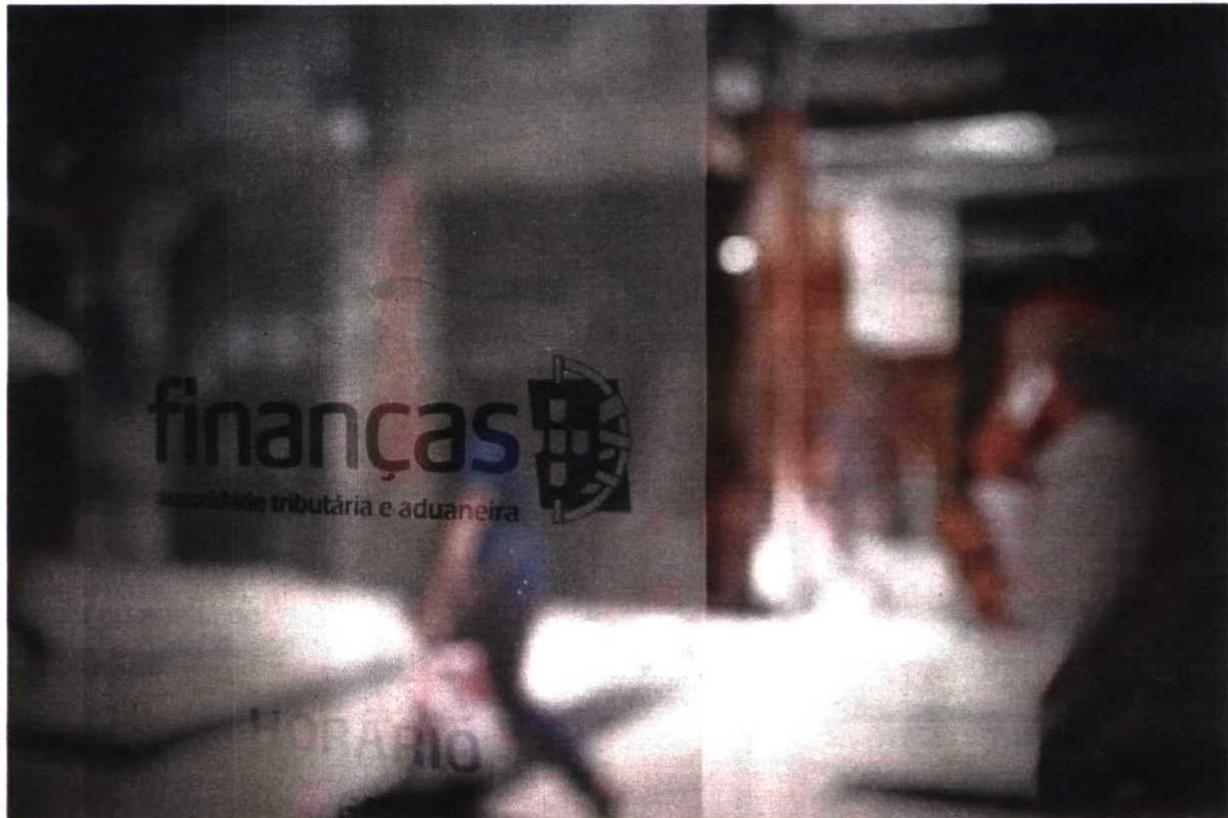
ELISABETE MIRANDA

elisabetemiranda@negocios.pt

Os últimos anos testemunharam grandes avanços na eficácia da máquina fiscal, que está mais rápida a detectar e a cobrar impostos em falta. Contudo, as dívidas dos contribuintes ao Fisco continuam em níveis muito elevados quer em termos absolutos, quer quando comparadas com a maioria dos parceiros europeus e da OCDE, onde Portugal se encontra entre os recordistas.

As estatísticas sobre quantos milhões é que o Fisco tem por cobrar são publicadas na Conta Geral do Estado de cada ano e são conhecidas: nos últimos anos, têm ficado para trás 13,5 mil milhões de euros, o que, se fosse recuperado, teria evitado o "enorme aumento de impostos" testemunhados durante a era da troika. Mais raras são as comparações internacionais, que permitem perceber se estes elevados níveis de dívida são comuns. A OCDE é um dos organismos que faz este levantamento de onde a onde, e este ano, no relatório Tax Administration, os rankings com dados de 2013 confirmam que Portugal continua a destacar-se pela negativa.

Os contribuintes devem ao Fisco o equivalente a 31,7% dos impostos que pagam todos os anos, uma percentagem que, estando muito longe dos níveis estratosféricos italianos ou gregos (nestes países, deve-se bem mais do que o que se cobra), nos coloca bem pior do que a Espanha, a Alemanha, a França ou a Irlanda, para citar apenas alguns. Uma parte destas dívidas estão à espera que os tribunais resolvam conflitos de interpretação, mas a grande maioria não está sequer a ser contestada: segundo a OCDE, se excluirmos os casos em litigância, as



Em Portugal, os contribuintes devem ao Fisco o equivalente a 31,7% dos impostos que pagam todos os anos.

dívidas representam 24,2% da receita cobrada anualmente.

Para os fiscalistas Nuno de Oliveira Garcia e Serena Cabrito Neto, a quem o Negócios pediu ajuda para interpretar estes números, não se pode retirar daqui que os portugueses tenham maior apetência para a litigância ou maior tendência para fugir ao Fisco do que outros povos. As explicações podem ser múltiplas e exigiriam um conhecimento mais fino de outras estatísticas que não estão disponíveis, mas há pistas que permitem apontar algumas hipóteses. Uma delas reside nos "efeitos derivados da herança de um sistema fiscal que se começou a

modernizar há pouco mais de uma década, não tendo ainda permitido recuperar os créditos mais antigos, alguns dos quais estão dependentes da decisão de processos judiciais", aponta a advogada da PLMJ. E se é certo que muitos destes casos prescreveram e já foram limpos das estatísticas, outros há que, apesar de prescritos, continuam activos devido à relutância das Finanças em assumir que perderam fatalmente a capacidade de recuperar as dívidas, sublinha por seu turno Nuno de Oliveira Garcia.

Serena Cabrita Neto aponta ainda "o exponencial aumento das notificações das liquidações de impostos

aos devedores, adveniente da eficaz implementação de sistemas de notificação e de alertas muito agressivos pela Autoridade Tributária (AT), o que terá compensado as quantias que são cobradas com sucesso pelo Estado". Ou seja, o Fisco está mais eficaz a cobrar mas poderá estar ainda mais ágil a disparar notificações, o que faz aumentar a dívida por pagar. Entre elas, acrescenta Nuno Oliveira Garcia, estão "dívidas sem sentido resultante de impostos e taxas cobradas em massa e que a própria AT vai certamente anular", como será o caso do imposto de selo sobre prédios acima de um milhão de euros, entre outros casos.

O advogado coloca igualmente o acento na especial voragem da AT portuguesa: "De facto, as AT de países como Holanda, Áustria e Alemanha não liquidam imposto a não ser que saibam que, caso a questão siga para tribunal, eles vão, quase certamente, ganhar. Ou seja, não gastam dinheiro nem tempo em litigância. Em Portugal, e pior ainda na Grécia e Itália, as AT são obrigadas a liquidar tributos mesmo quando sabem que não tem razão ou que não vão receber o dinheiro durante os próximos dez anos", por vezes para mostrarem serviço ou atingirem metas irrealistas propostas pelos governos. ■

Bruno Simão



NOTAS RÁPIDAS

Raio-x ao Fisco português

Gere muito dinheiro, mas manda pouco. Encolhe, envelhece e investe pouco nos recursos humanos e na tecnologia. É um breve retrato da Administração Fiscal portuguesa, através da lente da OCDE.

ESTRUTURA COM POUCA AUTONOMIA

A Autoridade Tributária (AT) é uma das estruturas que menos autonomia de gestão tem face às suas homólogas internacionais. O Fisco pode emitir interpretações à lei, pode flexibilizar pagamentos de juros e coimas e influenciar as regras de recrutamento de pessoal, mas, em contrapartida não está autorizado a interferir no desenho da sua estrutura interna, incluindo os serviços locais de finanças, a fazer uma reafecção do seu orçamento ou a gerir contratações e despedimentos do pessoal. Estas são competências que a generalidade dos países da OCDE partilha, razão pela qual o organismo coloca Portugal entre os países com um nível de autonomia relativamente limitada.

orçamento global da AT, a par com a Argentina, Chile, Hong Kong e Roménia. A OCDE sublinha que não foram identificadas as causas que justifiquem estes gastos acima da média para cada um dos casos e aponta como hipótese, por exemplo, o facto de estes países poderem ter orçamentos exíguos em matéria de investimento tecnológico. Esta é uma tese que se aplica a Portugal, onde, de facto, apenas 2% dos custos de administração foram para esta área, em contraste com os 11,3% em média na OCDE. Medido de outra forma, o Fisco tem custos administrativos que não chegam a 1% dos impostos que recolhe, o que não o coloca numa posição particularmente desfavorável: é mais caro do que Espanha ou a Áustria mas mais barato que a França ou a Alemanha.

A ENCOLHER E A ENVELHECER

No final de 2013, a AT tinha 11.566 funcionários, um ano em que perdeu pessoal em termos líquidos (sairam 340 e entraram 115 trabalhadores). Entre os que saíram, apenas 33 o fizeram através do programa de rescisões por mútuo acordo lançado pelo Governo na altura. O quadro de pessoal é relativamente envelhecido, sublinha a OCDE, já que 56% dos funcionários tem mais de 50 anos. Esta é uma característica que a AT partilha com outras congéneres europeias como a Finlândia, a Bélgica, a Holanda, Espanha ou Itália.

86% DAS DESPESAS SÃO COM SALÁRIOS

Salários em % das despesas totais do organismo



Fonte: Tax Administration 2015

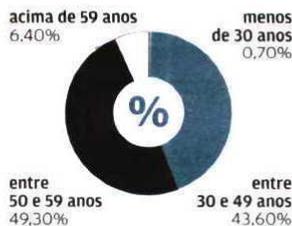
EM MINORIA NA FUSÃO DAS ALFÂNDEGAS

43%

A contrário do que chegou a ser admitido pelo actual Governo, a Segurança Social e o Fisco continuam cada um a trabalhar para seu lado na cobrança das respectivas dívidas - acontece cá e em mais 19 países da OCDE. Portugal já está em minoria quando à fusão das alfândegas com os impostos - só 13 dos 30 países da OCDE têm este modelo, entre os quais a Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estónia, Hungria, Irlanda, Holanda e Espanha.

56% DO PESSOAL TEM MAIS DE 50 ANOS

Distribuição do pessoal por idades, em % do total



Fonte: Tax Administration 2015

SALÁRIOS PESAM MUITO, INVESTIMENTO POUCO

Portugal está no topo da lista de países onde as remunerações mais pesam no



As autoridades tributárias de países como Holanda, Áustria e Alemanha não liquidam imposto a não ser que saibam que, caso a questão siga para tribunal, eles vão, quase certamente, ganhar.



NUNO DE OLIVEIRA GARCIA

Advogado fiscalista, assistente na FDUL

O sistema começou a modernizar-se há pouco mais de uma década, o que ainda não permitiu recuperar os créditos mais antigos, alguns dos quais estão pendentes nos tribunais tributários.



SERENA CABRITA NETO

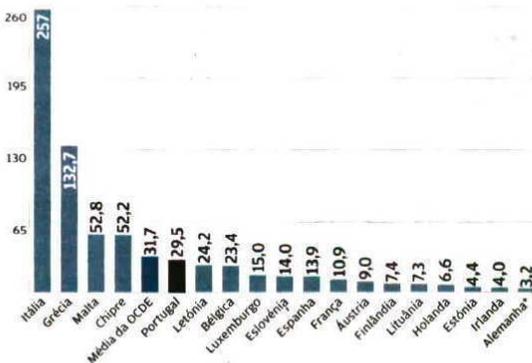
sócia da Área de Prática de Direito Fiscal de PLMJ



PORTUGUESES NO TOP 5 EUROPEU DAS DIVIDAS AO FISCO

Dívidas em % da receita fiscal arrecadada em 2013, incluindo as que estão em contestação

Portugal distingue-se por ter um elevado nível de dívidas fiscais por pagar (ou por recuperar, dependendo do modo como se quiserem ler os números). Em 2013 estava por cobrar praticamente 1/3 da receita fiscal encaixada anualmente. Ao certo, o rácio é de 31,7%, o que nos coloca acima das médias registadas na OCDE. Itália e Grécia estão contudo bem pior que nós.

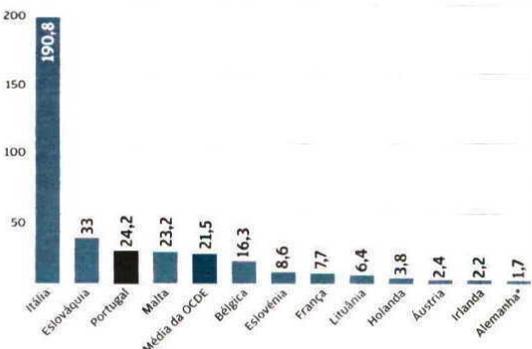


Fonte: OCDE, Tax Administration 2015

IVA E IRC DESTACAM-SE PELOS IMPOSTOS EM ATRASO

Receita fiscal por cobrar no final de 2013, em milhões de euros

A Conta Geral do Estado reporta todos os anos os montantes das dívidas fiscais que estão por cobrar, segundo a contabilidade do Governo, pelo que é possível perceber quais os impostos que estão a pesar mais. No caso português, o IVA e o IRC lideram o volume de impostos em atraso, ou seja, são as empresas quem é mais responsável pela acumulação de dívidas.



Fonte: Conta Geral do Estado 2014



IMPOSTOS
Portugueses entre os recordistas
nas dívidas ao Fisco
ECONOMIA 14 e 15